

**Ministério da Agricultura e Pecuária - Sede (UASG: 130005)**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

Ilmo. Sr. Pregoeiro do Ministério da Agricultura e Pecuária - Sede

Felipe de Moraes Dytz, pessoa física devidamente inscrita no CPF sob o nº 020.466.997-93, residente à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar sua IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico 90002/2026 que visa a Aquisição de mobiliário no intuito de atender as demandas de adequação dos espaços físicos ocupados pelo MAPA, MPA e MDA

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

**1) DA TEMPESTIVIDADE**

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no artigo 24 do Decreto 10.024 de 2019 que trata dos prazos para impugnação, temos:

**Impugnação**

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Assim como expresso no item 15 do Edital:

**15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante e-mail ao endereço: [licitacao@agro.gov.br](mailto:licitacao@agro.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

## 2) DA LEGITIMIDADE

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/21:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

## 3) DO MÉRITO

A Impugnante constatou que o Edital padece de vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório.

É importante salientar que o atendimento às normas técnicas da ABNT, está expressa de forma clara na Lei 4.150/1962, na Lei 8.078/90, bem como em diversos acórdãos do TCU.

### LEI Nº 4.150, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962.

Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos serviços públicos concedidos pelo Governo Federal, assim como nos de natureza estadual e municipal por êle subvencionados ou executados em regime de convênio, nas obras e serviços executados, dirigidos ou fiscalizados por quaisquer repartições federais ou órgãos paraestatais, em tôdas as compras de materiais por êles feitas, bem como nos respectivos editais de concorrência, contratos ajustes e pedidos de preços será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, nesta lei mencionada pela sua sigla "ABNT".

Art. 2º O Governo Federal, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público, e na forma em que essa colaboração já vem sendo feita, indicará anualmente à "ABNT", até 31 de março, as normas técnicas novas em cujo preparo esteja interessado ou aquelas cuja revisão lhe pareça conveniente.

Art. 3º Através do Departamento Administrativo do Serviço Público, do Instituto de Resseguros do Brasil e outros órgãos centralizados ou autárquicos da administração federal se incrementará, em acôrdo com a "ABNT", o uso de rótulos, selos, letreiros, sinetes e certificados demonstrativos da observância das normas técnicas chamadas "marcas de conformidade".

Art. 4º A partir do segundo ano de vigência desta lei, o Instituto de Resseguros do Brasil passará a considerar, na cobertura de riscos elementares, a observância das normas técnicas da "ABNT", quanto a materiais, instalações e





serviços de maneira e também concorrer para que se estabeleça na produção industrial o uso das “marcas de conformidade” da “ABNT”.

Art. 5º A “ABNT” é considerada como órgão de utilidade pública e, enquanto não visar lucros, aplicando integralmente na manutenção de sua administração, instalações, laboratórios e serviços, as rendas que auferir, em seu favor se manterá, no Orçamento Geral da República, dotação não inferior a dez milhões de cruzeiros (Cr\$10.000.000,00).

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

O atendimento às normas técnicas da ABNT é uma garantia que a Administração Pública está adquirindo produtos que possuam condições mínimas de segurança e qualidade, bem como não possam resultar em condições de risco aos próprios usuários, sendo objeto de artigo específico na nova Lei das Licitações (Lei 14.133/2021)

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

Ademais, é obrigação dos fabricantes de produtos ou serviços somente fornecer produtos/serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, conforme definido no inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

**VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);**

Assim sendo, fica demonstrado que o atendimento às normas técnicas da ABNT não faz parte do direito discricionário da Administração Pública.

7. Com base no art. 42 da Lei nº 14.133/2021, será exigida do licitante vencedor a apresentação dos seguintes documentos, visando garantir a qualidade dos produtos objetos desta licitação, **no que couber:**

a. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do IBAMA para Atividades Potencialmente Poluidoras dentro da validade em nome do fabricante do mobiliário com CR válido, Código 3-10, Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia e 7-4, Fabricação de estruturas de madeira e de móveis;

b. Apresentar para o lote de mobiliários o certificado comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento, referências FSC. Comprovante através de certificados o atendimento as normas ambientais, emitido por organismos certificadores de FSC 100% em nome do proponente e/ou em nome do fabricante dos mobiliários, devidamente comprovado os 100%. Documento deverá ser apresentado do fabricante dos mobiliários.

**Questionamento 1 – Qual a justificativa técnica para restrição exclusiva à certificação FSC, uma vez que há também a certificação CERFLOR/Inmetro?**

c. Certificado de conformidade, emitido por OCP (Organismo de Certificação de Produto) acreditado pela CGCRE/Inmetro, em nome do fabricante, conforme as normas técnicas ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024;

d. Certificado de conformidade, emitido por OCP (Organismo de Certificação de Produto) acreditado pela CGCRE/Inmetro, em nome do fabricante, conforme as normas técnicas ABNT NBR 13961 e ABNT NBR 13966;

e. Relatório de Ensaio, emitidos por laboratório acreditado pelo Inmetro, de acordo com a norma técnica ABNT NBR 16332, evidenciando que a colagem da fita de borda possui resistência à tração.

Todos os critérios utilizados em um processo licitatório devem ser **claros e objetivos**. No caso, estão ausentes os dois requisitos.

A clareza está ausente no momento em que se exige um relatório de ensaio sem que seja mencionado o resultado esperado.

Por sua vez, a objetividade está ausente no momento em que não há a definição do resultado esperado, o que impossibilita que o fornecedor saiba o que se espera do produto. Em outros termos, não há um parâmetro claro para a determinação da conformidade.

Nesse sentido, entende-se que caso seja incluída a exigência da conformidade a norma técnica solicitada acima, devem ser especificados os resultados esperados para estes ensaios.

Por ser exigência que pode restringir a competitividade, entende-se que a exigência deveria ser retirada, uma vez que não há justificativa para a exigência.

No momento que a administração exige o atendimento a uma norma técnica que estabelece a verificação da resistência à tração, mas não informa aos licitantes qual é a resistência mínima, não há como o licitante poder saber se o resultado presente em seu relatório de ensaio atende as necessidades da Administração.

**Questionamento 2 – Qual a justificativa técnica para exigir o atendimento a determinada norma técnica sem determinar o parâmetro de aprovação?**

f. Relatório de Ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, de acordo com a norma técnica ASTM D1308 - Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, Período 10h: Água destilada, fria.- Água destilada, quente.- Álcool Etílico (50% volume).- Vinagre (3% de ácido acético).- Solução de sabão.- Solução detergente.- Frutas.- Óleos e Gorduras - Manteiga, margarina, banha, gordura vegetal, óleos vegetais, etc.- Condimentos - ketchup (ketchup) e mostarda.- Bebidas - café, chá, cacau. (Madeira);

g. Apresentar para todos os itens o Certificado de Conformidade de processo de preparação e pintura em superfícies metálicas atestado por OCP com avaliação mínima às normas ABNT NBR 4628-3:2015, 8094:1983, 8095:2015, 9209:1886, 11003:2010, 14847:2002, 14951-1:2018, 15156:2015, 15158:2016, 15185:2004, 10443:2008, ASTM D 523:2014, ASTM D 523:2014, ASTM D 3359:2017,





ASTM D 3363:2011, ASTM D 7091:2013, ASTM D 2794:2010, JIS-Z 2801:2010, Norma 2794/2010, Norma 7091/2013 Norma 10545/2014.

Recentemente apresentei denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude da exigência da mesma certificação do processo de preparação e pintura de superfícies metálicas.

Salienta-se que o autor do presente pedido de impugnação é o mesmo profissional que durante os 20 anos que atuou na ABNT Certificadora, desenvolveu o referido processo de certificação, porém existe um impeditivo para sua determinação em licitações públicas, a se saber, a ausência de acreditação junto a CGCRE/Inmetro.

Então, entendo ser importante apresentar a análise feita pelo TCE-RS no processo 020057-0200/24-8, pois versa sobre esse assunto:

#### **Análise**

A Representante se insurge contra a exigência de um certificado de conformidade sem a acreditação do Inmetro, enfatizando que conforme manifestação da CGCRE/Inmetro, atualmente não existe nenhum OCP acreditado para o programa de certificação de processo de preparação e pintura de superfícies metálicas.

Por outro lado, o CPES contesta a afirmação, sem apresentar referências a OCPs que poderiam realizar a certificação. Ademais, menciona que se trata de uma exigência comum em outras licitações, o que não é suficiente para justificar sua validade.

O fato é que a exigência de um certificado de conformidade deve estar respaldada pela acreditação de um OCP reconhecido pelo Inmetro. A falta de acreditação para o processo específico de preparação e pintura de superfícies metálicas, conforme indicado pela CGCRE/Inmetro, indica que essa exigência pode ser inapropriada e até ilegal, pois não há um ente autorizado para emitir tais certificados. Ademais, é essencial que a certificação, quando exigida, seja feita por uma entidade acreditada, pois isso garante que os produtos atendem a normas de qualidade e segurança.

Assim, é necessário que o Consórcio justifique a exigência de apresentação de Certificado de Conformidade sem a devida acreditação do Inmetro.

Fundamental acrescentar que a necessidade de acreditação do programa de certificação junto ao Inmetro está clara e objetivamente determinada no § 1º do artigo 42 da Lei 14.133/21.

**§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).**

**Questionamento 3 – Qual a base legal para exigência de certificação sem a devida acreditação da CGCRE/Inmetro?**

h. Apresentar o Laudo referente a instrução normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade Ambiental, conforme normas 15448-1 e 15448-2 devidamente assinada por engenheiro responsável.

Embora a Instrução Normativa nº 1 de 2010 estabeleça a prerrogativa quanto as normas técnicas ABNT NBR 15448-1 e ABNT NBR 15448-2, existem 2 equívocos quanto a presente exigência no processo do MAPA.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:  
I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Inicialmente deve ser esclarecido que as normas técnicas ABNT NBR 15448-1 e ABNT NBR 15448-2 referem-se a embalagens e não a constituição dos bens, objetos da licitação.

NORMA TÉCNICA ABNT  
ABNT NBR 15448-1:2008  
Embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis  
Parte 1: Terminologia  
R\$30,10  
Esta parte da ABNT NBR 15448 define os termos técnicos referentes a embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis.

NORMA TÉCNICA ABNT  
ABNT NBR 15448-2:2008  
Embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis  
Parte 2: Biodegradação e compostagem – Requisitos e métodos de ensaio  
R\$99,70  
Esta Norma especifica os requisitos e os métodos de ensaio para determinar a compostabilidade de embalagens plásticas, visando a revalorização de resíduos pós-consumo, por meio de apontamento das características de biodegradação aeróbica seguida da desintegração e impacto no processo de compostagem.

#### Questionamento 4 – Qual a justificativa técnica para exigência de laudos de ensaio referentes a embalagens, uma vez que o objeto da licitação não é este, bem como os produtos podem ser acondicionados em papelão?

i. Apresentar laudo para todos os itens comprovação à exposição à umidade saturada conforme à ABNT NBR 8095:2015, por pelo menos 50 ciclos de 24 horas com avaliação ABNT NBR ISO 4628-3:2015 com grau de enferrujamento RI0 (isento de ferrugem) e ABNT NBR 5841:2015 com grau de empolamento d0/t0 (isento de bolhas) com comprovação da aderência da tinta inicial e final resultando o grau de aderência X0Y0 para a película de tinta **de acordo com a ABNT NBR 11003:2009 Errata 1:2010**, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO.

A norma técnica ABNT NBR 11003 está em sua revisão 2023.

- j. Apresentar laudo NBR 17088: 2023 - Corrosão por exposição à névoa salina 1400 horas — Métodos de ensaio.
- k. Apresentar laudo NBR 11003:2023 – Determinação de verificação da aderência da camada
- l. Apresentar laudo NBR 10443:2023 – determinação da espessura da película seca sobre superfícies.

#### Questionamento 5 – Qual a espessura mínima da camada de tinta?

m. Apresentar Certificado atestado de qualificação NBR 15761:2009, NBR 14.810:2018 e NBR 15.316:2019 para madeira e revestimento;

As normas técnicas ABNT NBR 14810 e ABNT NBR 15316 estão em sua revisão 2024.



NORMA TÉCNICA

ABNT NBR 14810-2:2024

ABNT

Painéis de partículas de média densidade  
Parte 2: Requisitos e métodos de ensaio

R\$380,80

NORMA TÉCNICA

ABNT NBR 15316-2:2024

ABNT

Painéis de fibras de média densidade  
Parte 2: Requisitos e métodos de ensaio

R\$380,80

### Questionamento 6 – Qual a justificativa técnica para o atendimento a normas técnicas obsoletas?

Quanto ao Certificado conforme a norma técnica ABNT NBR 15761, é preciso fazer dois questionamentos.

O primeiro refere-se a exigência de certificado. O Certificado é um documento emitido por OCP – Organismo de Certificação de Produtos, porém não há nenhum OCP acreditado junto ao Inmetro para o escopo da norma técnica ABNT NBR 15761.

### Questionamento 7 – Qual a justificativa para exigência de certificado para o qual não há nenhum OCP acreditado?

O outro ponto é que a norma técnica ABNT NBR 15761 estabelece 13 ensaios distintos.

### Questionamento 8 – O licitante deve apresentar laudo de ensaio para os 13 ensaios?

### Questionamento 9 – Qual o resultado mínimo, esperado pelo MAPA, para estes 13 ensaios?

n. Apresentar para os itens relatório de conformidade com a NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) emitido por engenheiro de segurança do trabalho habilitado, acompanhado de documentação comprobatória do profissional.

Laudo emitido por profissional da área de ergonomia **filiado a ABERGO** associação Brasileira de Ergonomia, atestando a regularidade perante a NR-17, corroborado por médico do trabalho devidamente registrado nos órgãos competentes (Ministério do Trabalho e Emprego)

A NR-17 é uma norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil que estabelece diretrizes e requisitos para a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores. Ela abrange aspectos como levantamento, transporte e descarga de materiais, mobiliário dos postos de trabalho, condições ambientais de trabalho e organização do trabalho, visando proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no ambiente de trabalho.

Em consulta à Norma Regulamentadora nº. 17, não se verificou nenhuma regra que estipulasse que as exigências previstas no regulamento somente poderiam ser aferidas por profissional vinculado à Associação Brasileira de Ergonomia – ABERGO.



Aliás, caso norma semelhante a essa existisse, a NR-17 estaria viciada em razão de afronta direta ao texto constitucional. Com efeito, a Constituição da República estipulou como um dos direitos fundamentais das pessoas físicas e jurídicas no território nacional, o direito à livre associação, de modo que, nos termos do inciso XX, do artigo 5º, da Constituição da República, ninguém poderá ser compelido a se associar para ter legitimidade para expedir um documento atestando a regularidade de um dado produto frente às normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Registre-se que, em que pese diante de caso concreto um pouco diverso, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já teve a oportunidade de se manifestar pela irregularidade de exigência editalícia que obrigava que os licitantes fossem filiados a uma dada associação. Confira-se:

DENÚNCIA. REFERENDO. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES. IRREGULARIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO. CLÁUSULA AFRONTOSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INDEVIDA RESTRIÇÃO À AMPLA COMPETITIVIDADE. PRESENTES OS REQUISITOS DA FUMAÇA DO BOM DIREITO E DO PERIGO DA DEMORA. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

**1. Nos termos da garantia assegurada no inciso XX do art. 5º da Constituição da República, ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado, isso porque, o princípio da liberdade de associação se afirma como dimensão política do direito de as pessoas desembaraçadamente escolherem se associar para determinado fim, segundo critérios volitivos individuais de projeção coletiva.**

**2. Não pode o edital de licitação, em contrariedade ao preceito constitucional, obrigar a empresa contratada a se associar à entidade privada, representante do setor de pneumáticos, como conditio sine qua non para o fornecimento dos bens licitados.**

[...]

Compulsando os autos, constatei que, no item 13.1 do Anexo I do instrumento convocatório (fl. 47), de fato se exige da adjudicatária o fornecimento “de declaração emitida pela ANIP – Associação Nacional de Indústria de Pneumáticos, de que a fabricante do Pneu é associada”

.

[...]

**Lado outro, a ANIP é Associação privada à qual, nos termos da garantia assegurada no inciso XX do art. 5º da Constituição da República, ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado. Isso porque o princípio da liberdade de associação se afirma como dimensão política do direito de as pessoas desembaraçadamente escolherem se associar para determinado fim, segundo critérios volitivos individuais de projeção coletiva.**

**Desta feita, não pode o edital de licitação, em contrariedade ao referido preceito constitucional, obrigar a empresa contratada a se associar a entidade privada representante do setor de pneumáticos, como conditio sine qua non para o fornecimento dos bens licitados.**

Em que pese a contratação de empresas registradas junto à ANIP não implique, automaticamente, limitação à participação de empresas estrangeiras, decerto significa o impedimento de competição de uma gama de firmas – nacionais e ou estrangeiras –, optantes pela não associação a essa entidade. (grifos nossos)

(Acórdão TCEMG. Denúncia nº. 1066481. Relator: Conselheiro Substituto Hamilton Coelho. Primeira Câmara. 21/03/2019)

Constata-se portanto que, ao exigir que somente profissionais vinculados a associação privada específica possam emitir documento atestado a regularidade de bens a serem adquiridos por meio da licitação pública, o CIEDEPAR acabou por violar diretamente um dos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição da República, mais precisamente o direito à liberdade associativa.



Como se não bastasse, o CIEDEPAR inseriu no instrumento convocatório da licitação cláusula que é restritiva à competitividade, tendo em vista que somente sociedades empresárias que conseguirem a prestação dos serviços dos profissionais vinculados à ABERGO poderão participar do certame. Tem-se, portanto, uma violação ao Princípio da Competitividade previsto no artigo 5º da Lei nº. 14.133/2021.

**Questionamento 10 – Qual a justificativa técnica e o embasamento legal para restringir o laudo ergonômico emitido por ergonomista, exclusivamente aos associados da ABERGO?**

Procurei em minha argumentação apresentar todas as fundamentações que levaram aos seus questionamentos, possibilitando que esta Comissão de Licitação tivesse toda clareza possível para fazer suas ponderações e responder da melhor forma.

Aproveitamos para terminar este pedido de impugnação, apresentando o Acórdão 1636/2007 do TCU, no qual deixa claro que TODOS os questionamentos DEVEM ser abrangidos e respondidos de modo FUNDAMENTADO.

As respostas fornecidas pela comissão de licitação ou pela autoridade competente com relação as impugnações apresentadas contra editais de certames licitatórios, nos termos do art. 41, § 1º, Lei nº 8.666/1993, devem abranger, de modo fundamentado, todos os quesitos formulados pelo interessado, sob pena de infringência ao que dispõe o art. 50 da Lei nº 9.784/1999.

**Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)**



#### 4) DO PEDIDO

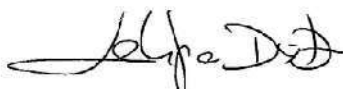
Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente, de forma que o presente certame não esteja viciado.

Termos em que

P. e E. Deferimento

Niterói, 05 de fevereiro de 2026



---

Felipe Dytz  
BD Apoio Empresarial Ltda

